

# Constituinte entra em crise de novo

## O novo líder anuncia medidas impopulares

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O senador Saldanha Derzi (PMDB-MS), garantiu que o presidente José Sarney está disposto a aplicar medidas impopulares "mas necessárias", mesmo sabendo que haverá reflexos eleitorais negativos, ao fazer seu primeiro pronunciamento como líder do governo no Senado. Muito apartado pelos senadores presentes, Derzi disse que o próprio governo admite ter cometido erros, a maioria de boa-fé ou por equívocos de informação de sua equipe. E deixou-se da imprensa, sustentando que no País prospera uma campanha "insidiosa" que apenas divulga dados negativos, sem jamais apontar os acertos do governo.

Um dos apartes do novo líder foi o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), que exerce a liderança do PMDB. Sua função, como explicou, não se confundiu com a de líder governista, cuja missão é a de explicar ao Senado o que o governo pretende e de que o País necessita. Acrescentou que, no momento em que o líder consegue isso, ele obtém apoio. "O apoio ao governo, numa democracia, nunca é automático, principalmente quando o partido é, como o PMDB, uma frente bastante diferenciada", disse. Em sua intervenção, Cardoso declarou que nunca foi líder do governo porque jamais recebeu esse tipo de delegação.

Saldanha Derzi afirmou que o governo está disposto a enfrentar os grandes desafios do País "na certeza

de que venceremos e seremos capazes, como Nação, de construir nosso futuro". Boa parte do discurso referiu-se ao combate à inflação e aos demais problemas da atualidade, citando especialmente os seguintes pontos: o presidente Sarney vai cumprir à risca o orçamento da União; haverá rigorosa contenção dos gastos públicos; o déficit público será reduzido; o governo pretende acabar com os desperdícios e os benesses; combate sem piedade aos focos de corrupção.

O senador por Mato Grosso do Sul garantiu que as medidas que o governo vai adotar serão corajosas mas imprescindíveis, desde que o País queira vencer a crise. Admitiu que a superação da crise é difícil e pediu, por isso, a contribuição de todos os brasileiros, especialmente para derrotar a inflação. Mesmo advertindo que medidas duras serão adotadas, Derzi admitiu que o "arsenal" do governo é precário para a formação de "expectativas corretas".

O novo líder condenou a falta de colaboração ao governo, assinalando que particularmente a imprensa não tem dado o devido destaque às realizações públicas. E deixou-se a propósito afirmando: "Até aqui não se tem notado no País uma contribuição construtiva para vencer a inflação, com a divulgação e análise dos índices de preços. Ao contrário, o que aparece com frequência nos jornais é a descrição de um cenário catastrófico e pessimista, que em nada contribui para a solução dos problemas nacionais".

## Apoio de Jânio aos 5 anos rende 12 milhões

A defesa intransigente do mandato de cinco anos do presidente José Sarney deve render hoje ao prefeito Jânio Quadros um empréstimo do governo federal de 12 bilhões de cruzados. O dinheiro será destinado a obras de reurbanização do vale do Anhangabaú, construção do túnel que liga o Ibirapuera ao Morumbi e outros projetos de menor porte. As 14h30, Jânio receberá na Prefeitura o ministro Prisco Viana, da Habitação e Desenvolvimento Urbano. O encontro só não se realizará se houver algum imprevisto ou se uma das partes transferir a data.

Ontem, Jânio rebateteu as críticas do vereador Marcos Mendonça (PMDB) de que esteja recebendo verbas do governo federal em troca do apoio ao prolongamento do mandato do presidente da República. "Eu apenas diria a esse debilóide que sou amigo de Sarney desde 1960, quando eu era presidente da República e ele deputado pelo Maranhão", disse o prefeito. Em seguida, acrescentou: "Se puder, peço o Tesouro todo e trago para São Paulo". E explicou que os empréstimos não são concedidos a ele, mas à cidade de São Paulo.

Embora o principal assunto a ser tratado seja administrativo, o encontro de hoje do prefeito com o ministro da Habitação terá caráter essencialmente político. Prisco Viana é um dos mais eficientes articuladores políticos de Sarney, formando com o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, a

dupla que detém atualmente o maior poder de decisão no governo. Os dois têm meios de atender aos principais pedidos dos governadores e prefeitos. Antônio Carlos decidiu para quem vão os canais de rádio e televisão e Prisco Viana dá a palavra final nos processos reivindicando empréstimos da Caixa Econômica Federal.

O pedido de empréstimo de 12 bilhões de cruzados à Caixa Econômica Federal depende também dos vereadores paulistanos. No dia 28, Jânio solicitou ao Legislativo municipal a autorização para contrair o empréstimo. O projeto foi lido em plenário, mas não foi votado porque está em tramitação pelas comissões técnicas. Se não for votado em 40 dias ou em dez sessões, poderá ser aprovado por decurso de prazo.

O prefeito informou ontem que deverá encontrar-se com Sarney, em Brasília, na quarta ou quinta-feira. Antes, quer conversar com o governador Orestes Quércia. O objetivo da reunião com o presidente não foi revelado. Jânio disse apenas que não irá tratar da concessão de recursos para as obras já em execução. Nos últimos dois meses, ele assumiu a vanguarda da campanha dos cinco anos para Sarney, com entrevistas e até um manifesto à Nação. Coincidentemente, nesse período é que foram intensificadas as denúncias de que o governo federal beneficia apenas os governadores e prefeitos que defendem a tese dos cinco anos de mandato para o presidente.

## Faccioni acusa Amaral de sabotagem

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

"Ele sabotou a reunião. A harmonia da bancada foi rompida pelas estranhas atitudes de Amaral Neto". Este foi o desabafo do deputado Victor Faccioni (PDS-RS), depois que viu malogrados seus esforços de reunir a bancada federal do PDS para desdobrar a liderança na Assembleia Nacional Constituinte e na Câmara dos Deputados, exercida simultaneamente pelo deputado Amaral Neto (RJ).

Anteontem à tarde, ante a apresentação de requerimento de convocação de reunião da bancada assinado por 21 de seus integrantes, o líder Amaral Neto, por meio de seu amigo Jorge Arbage (PA), entregou à Mesa da Câmara sua indicação para a liderança, com apoio de 26 deputados.

Segundo comentou Arbage, "Amaral não tem mais por que se submeter à escolha da bancada pois 26 dos 32 membros assinaram sua indicação. É fato consumado".

Faccioni, indignado, protesta: "O Amaral desconheceu requerimento da maioria, evitando a realização de reunião e a votação sobre o desdobramento da liderança. Ontem à tarde, ele encaminhou à Mesa requerimento de sua recondução, assinado por 26 deputados que o apoiaram porque não sabiam que haveria outro candidato. Desses, 21, portanto a maioria, subscreveram o segundo requerimento, propondo o desdobramento das duas lideranças que não foi votado. Ele sabotou a reunião".

O presidente do partido, senador Jarbas Passarinho (PA), não discute a permanência de Amaral Neto como líder do partido na Constituinte. "Ele foi escolhido, retirá-lo, agora, seria uma deposição", afirma, admitindo, porém, que o deputado possa ser substituído: "A tendência é aparecer outro documento, indicando o Faccioni".

Amaral Neto, aparentemente, não teme ser destituído: "É claro que se 17 deputados me destituírem, é claro, isto vale".

O certo é que somente compareceram à reunião dez deputados e que, pelo menos por enquanto, constitui garantia de segurança para manutenção do atual líder.

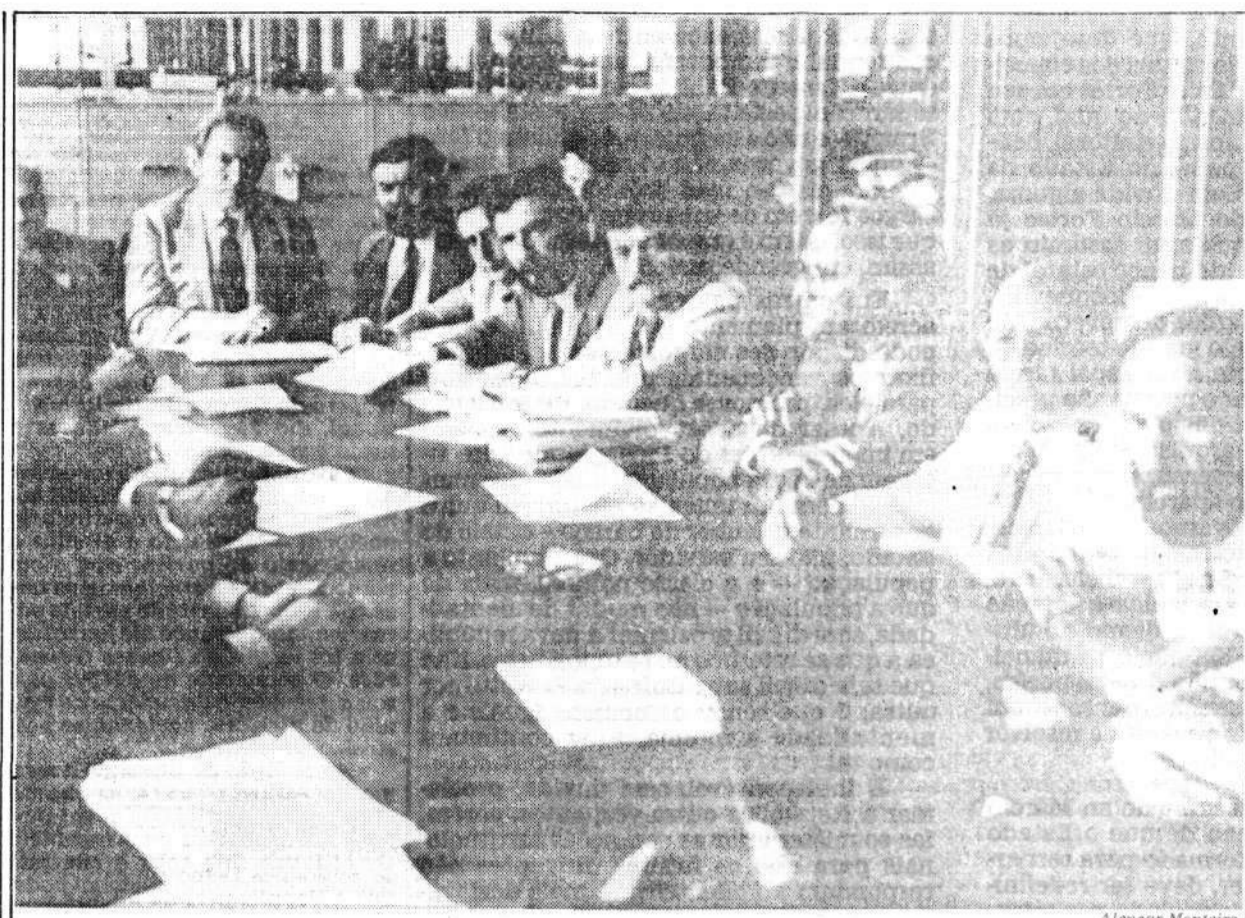
## PFL estuda rompimento com Sarney

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O PFL está estudando a possibilidade de realizar convenção nacional extraordinária para decidir, entre outras questões, o rompimento com o governo do presidente Sarney, logo após a votação em primeiro turno do projeto da nova Constituição, que poderá ocorrer até junho. A informação é do presidente nacional do partido, senador Marco Maciel (PE), que vem conversando sobre o assunto com o ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia. O senador pernambucano acredita que decorrerão dois ou três meses entre a votação em primeiro e em segundo turnos. Por isso mesmo, pensa na possibilidade de uma convenção do partido ser realizada após a votação em primeiro turno, sem aguardar a promulgação da nova Carta.

Marco Maciel confessou-se preocupado com as interrupções do carnaval e da Semana Santa. Se, por um lado, o senador admite que a demora na conclusão dos trabalhos da Constituinte deverá favorecer a tese dos quatro anos para Sarney, por outro, ele receia nova onda de críticas, por parte da opinião pública, à morosidade dos trabalhos. O presidente do PFL continua acreditando que, a cada dia, cresce a tendência da Constituinte em favor dos quatro anos e que o agravamento da crise poderá torná-la "inevitável".

Marco Maciel mostrou-se reticente quando lhe perguntaram se ainda esperava que o empresário paulista Antônio Ermirio de Moraes concordasse em se candidatar à sucessão do presidente Sarney. Indagado se o empresário poderia ceder em caso de forte pressão social, Maciel respondeu: "Acho que sim". Em sua opinião, se houver eleições este ano, o candidato do PMDB será Ulysses Guimarães, mas, em 1989, o quadro deverá ser outro no partido majoritário. Disse também que, se o PMDB lançar Ulysses, dificilmente Antônio Ermirio disputará as eleições, pelo fato de ambos serem paulistas.



Sindicalistas reúnem-se com os constituintes para debater estabilidade. Sem acordo.

## Garantida liberdade de expressão com a fusão de várias emendas

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação foi assegurada ontem pelos constituintes, com a aprovação de uma fusão de emendas dos deputados José Genofino (PT-SP), Arthur da Távola (PMDB-RJ), Márcio Braga (PMDB-RJ) e Aécio Borba (PDS-CE), que recebeu 470 dos 486 votos do plenário, o maior quórum favorável do dia.

Além de ficarem livres da censura, os autores terão direito de fiscalização sobre o aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem, direito autoral nas participações individuais em obras coletivas e na reprodução da imagem e voz humana, inclusive nas atividades esportivas. Aos autores pertence ainda, de acordo com o texto aprovado, o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissíveis aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.

Arthur da Távola (Paulo Alberto Monteiro de Barros) explicou que a fusão de emendas foi feita depois de amplo acordo entre as diversas lideranças, que estudaram o assunto com representantes de sindicatos e associações do setor. "Vamos consagrar hoje o direito à liberdade de expressão, motivo de tantas lutas e embates no passado", anunciou o deputado.

Outra inovação destacada por Arthur da Távola, único orador a encaminhar a votação, foi a que assegura proteção às participações individuais em obras coletivas. O ponto mais polêmico, que permite a fiscalização do aproveitamento econômico das obras, foi introduzido no texto por emenda de José Genofino. O texto do Centrão anteriormente aprovado não restringia a censura nem assegurava participação econômica nas obras.

As votações da tarde de ontem foram todas por acordo, o que acelerou bastante o ritmo dos trabalhos.

### PRISÃO: O QUE MUDA

A votação começou pelo Parágrafo 24 do Artigo 6º. Por 424 votos contra quatro e três abstenções, foi aprovado o seguinte texto:

"Parágrafo 24: Ninguém será preso senão em flagrante delito, ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz com-

petente e à família do preso ou pessoa por ele indicada. O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, assegurada a assistência da família e de advogado. A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária."

Seguiu-se a aprovação (sem nenhuma emenda ou pedido de destaque) para votação de qualquer outro texto) do Parágrafo 25 do Artigo 6º, com a seguinte redação:

"Parágrafo 25: Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança."

O Parágrafo 26 também foi objeto de acordo. Permaneceu o texto proposto pela Comissão de Sistematização, que diz o seguinte:

Parágrafo 26: "É assegurado aos presos o respeito à sua integridade física e moral; às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação. A pena será cumprida em estabelecimentos distintos de acordo com a natureza do delito, sua gravidade, as condições em que foi praticado, a idade e os antecedentes criminais do apenado."

Votaram a favor deste texto 460 constituintes. Houve dois votos contrários e duas abstenções.

Uma tentativa do constituinte Ricardo Izar (PFL-SP), de incluir no Parágrafo, 26 a garantia, ao presidiário, de trabalho condigno e re-

munerado foi derrotada por 304 votos contra 187 e seis abstenções. Em seguida, o plenário manteve o texto do Centrão, aprovado anteriormente, para o Parágrafo 27:

"O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o sentenciado que ficar preso além do tempo indicado na sentença."

Com 466 votos a favor, dez contra e oito abstenções, os constituintes aprovaram a fusão de duas emendas apresentadas pelo senador Aluisio Bezerra (PMDB-AC) e Afif Domingos (PL-SP), para o Parágrafo 28. A redação ficou sendo a seguinte:

"Parágrafo 28: Não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel".

Por proposta do constituinte Roberto Augusto Lopes (PTB-RJ), foi mantido o texto da Comissão de Sistematização para o Parágrafo 29, que havia causado muitas divergências entre os diversos grupos de constituintes. Houve 481 votos a favor, cinco contra e quatro abstenções. A redação mantida é a seguinte:

"Parágrafo 29: O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou interrogatório policial".

Por não haver nenhuma proposta em contrário, foi mantido o texto da Comissão de Sistematização para o Parágrafo 30, com a seguinte redação:

"Ninguém será privado de qualquer dos seus direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa fixada em lei".

### INVENTOS

Os autores de inventos industriais terão privilégio temporário para a sua utilização, bem como proteção às criações industriais, propriedade de marcas, patentes e nomes de empresas, ressaltados o interesse social do País e o seu desenvolvimento tecnológico e econômico. Os constituintes derrubaram emenda do Centrão, restabelecendo a da Sistematização, que assegura ao mercado brasileiro participação na pesquisa tecnológica para o desenvolvimento de novos produtos e equipamentos no País.

### Direito à informação

É a seguinte a íntegra dos dispositivos ontem aprovados pelo plenário da Assembleia Nacional Constituinte: Parágrafo 33 — Todos têm direito a informações de interesse particular, coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. As informações requeridas serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade.

Parágrafo 34 — É a todos assegurado o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, bem como a obtenção de certidões junto a repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, independentemente de pagamento de taxas.

Parágrafo 35 — Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum praticado antes da naturalização ou de comprovado envolvimento em tráfico internacional ilícito de drogas entorpecentes, na forma da lei.

Parágrafo 36 — Não será concedida extradição de estrangeiros por crime político ou de opinião.

Parágrafo 37 — Conceder-se-á asilo político. Todos esses dispositivos foram aprovados mediante acordo entre o Centrão e as demais lideranças partidárias.

## Magri admite acordo com Centrão

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, Antônio Rogério Magri, afirmou ontem, depois de se reunir com o Centrão para discutir a estabilidade no emprego que, "se não houver possibilidade de acordo, e a expectativa for de se chegar a um buraco negro na elaboração da Constituição, os sindicalistas aceitam a proposta do Centrão, que prevê, no corpo permanente do texto, o princípio da indenização, para negociar, depois, outras vantagens que o trabalhador possa obter". A declaração de Magri souu como bomba entre os parlamentares de esquerda e os presidentes da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, e da CUT, Jair Meneguelli, que fizeram questão de anunciar não aceitarem acordo com indenização.

As afirmações foram feitas após outra rodada de negociação sobre o tema, com a realização de três reuniões distintas. A primeira foi entre Luiz Antônio Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, "Joaquinzão", da CGT, e membros do Centrão, Centrinho e Grupo dos 32. A segunda estiveram presentes o presidente da CUT e parlamentares do Centrão, PTD, PCB e PC do B, além de "Joaquinzão". Paralelamente a esta, os sindicalistas voltaram a se reunir, quando Magri anunciou aceitar a posição do Centrão, caso não houvesse acordo, nos seguintes termos: indenização, no texto principal, e, nas disposições transitórias, multa de 50% sobre o FGTS, adicionada a uma inde-

nização progressiva, a partir da vigência da Constituição. "É melhor garantir isto do que nada", desabafou ele.

Magri e Medeiros deixaram o encontro, afirmando que grandes reuniões com todos os grupos não têm surtido efeito, e que a partir de agora vão negociar separadamente. Magri, por sua vez, acentuou que a negociação principal tem de ser com o Centrão, que tem a maioria. A posição dos dois sindicalistas foi considerada "equivocada" por Meneguelli, "Joaquinzão" e pelos partidos de esquerda. A posição anunciada por Magri resultou de uma reunião, na noite anterior, entre ele e Medeiros com alguns membros do Centrão, como o deputado Afif Domingos.

Para Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos líderes do Centrão, o acordo será muito difícil, apesar dos esforços de ambas as partes. "Nós não podemos abrir mão da indenização no corpo do texto da Constituição por questão de princípio. Eles querem a estabilidade sem fazer nenhuma referência à indenização e, por isso, as posições são distantes, não se vislumbrando nenhuma possibilidade de acordo, o que levará a decisão para o voto", declarou ele.

O deputado Afif Domingos, por sua vez, sublinhou a existência de líderes sindicais apoiando a posição do Centrão, enquanto outros não querem negociar, e afirmou ser esta a diferença básica entre Medeiros e "Joaquinzão": "É que o Medeiros tem certeza de que quem vai co-

mandar a votação será o Centrão, e os demais querem radicalizar para marcar posição política".

A reunião entre o Centrão e os sindicalistas foi tensa, mas sem agressões verbais. "Joaquinzão" permaneceu calado o tempo todo, só se pronunciando quando, ao final do encontro, foi questionado. E anunciou que, já que o Centrão não abria mão da indenização, ele também firmava posição em relação à estabilidade. Na reunião com a esquerda, Luiz Roberto Ponte, do Centrão, tentou negociar uma alteração na emenda do líder do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, que propõe a garantia do direito do trabalho mediante relação de emprego estável, ressalvados ocorrência de falta grave, contrato a termo, superveniência de fato econômico intransponível, técnico ou de infortúnio da empresa, sujeito à comprovação judicial, sob pena de reintegração ou indenização, a critério do empregado. Ponte desejava alterar a proposta para que este tipo de demissão ficasse a critério do empregador e não do empregado, como quer Lula.

Paulo Paim, do PT, contrargumentou que não aceitava esta proposta e que o melhor seria tentar uma fusão de emendas, a serem selecionadas, desde que fosse assegurada a estabilidade no emprego. Segundo ele, não só o PT, mas a liderança do PMDB, parte do grupo dos 32, a CGT, os partidos de esquerda e o Centrinho não aceitam a indenização. Hoje será feita a quarta rodada de negociação, a partir das 15 horas.

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Ulysses Guimarães suspendeu a sessão da Constituinte, ontem, às 19h35, depois de votadas por acordo as questões referentes à liberdade de expressão, fim da censura e direito penal, para evitar um confronto sério com o início da votação do Parágrafo 38, sobre a indenização da propriedade. A votação foi transferida para hoje, mas o Centrão já avisou que não dará quórum, o que impedirá o encaminhamento da questão.

Este teria sido o segundo grande confronto, desde o início da votação em plenário do projeto de Constituição, fora do acordo de lideranças. Na opinião do deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), se não fosse aprovada a emenda do Centrão ou a da Sistematização, haveria novo "buraco negro", e o relator deveria apresentar outra proposta. O senador Mário Covas (PMDB-SP) avisou que, pelo regimento, se nenhuma das versões fosse aprovada, o assunto "cairia da Constituição". Bonifácio ameaçou convocar o Centrão para mudar o regimento outra vez, segunda-feira — e, diante do impasse e da ameaça, Ulysses suspendeu a sessão.

### DENUNCIA

Poucos minutos após o encerramento da sessão, os deputados Percival Muniz (PMDB-MT) e Paulo Delgado (PT-MG) denunciaram um acordo prévio entre Ulysses Guimarães e as lideranças do Centrão, para votar os parágrafos sobre o tema apenas na semana que vem.

Os deputados apresentaram documento distribuído ontem pelos líderes do Centrão aos integrantes do grupo, que orienta sua presença no plenário para votação das matérias. Na página 5 está escrito: "Atenção, prezados colegas, os parágrafos 39 do Centrão e 38 do Projeto dizem respeito ao direito de propriedade. Será votado na próxima semana. É imprescindível a presença de todos para garantirmos o direito de propriedade na Constituição".

Ainda no documento, a liderança do Centrão afirma que o texto do Projeto de Sistematização "enfraquece o direito de propriedade porque o submete a vários conceitos restritivos. Também esse texto, no caso de desapropriação, admite a regra geral do pagamento em títulos, o que é um risco grave para a propriedade em geral".

O deputado Ricardo Flúza (PFL-PE), um dos coordenadores do grupo, garantiu, porém, que essas instruções foram expedidas na semana passada, porque havia a convicção de que o painel eletrônico não seria consertado em menos de cinco dias. O líder governista Carlos Sant'Anna admitiu também que dificilmente a questão será apreciada ainda hoje, mesmo porque os integrantes do Centrão foram liberados da presença em Brasília. Mas Ricardo Flúza disse que não se deve "excluir totalmente" a possibilidade de uma decisão hoje, apesar de reconhecer a necessidade de negociações em torno do Parágrafo 38.

### DIVERGÊNCIAS

Na verdade, a dificuldade para a votação da matéria foi a falta de entendimento quanto à forma de pagamento das indenizações em caso de desapropriação. O Centrão pretende que ela seja "prévia e em dinheiro", enquanto o anteprojeto da Sistematização dispõe apenas que a indenização será "justa e prévia".

A liderança do PMDB apresentou requerimento para votação em separado do parágrafo, que somente seria apreciado no caso de uma emenda do Centrão não alcançar o quórum de 280 votos.

### DECORO NO PLENÁRIO

Os deputados Rui Nedel (PMDB), Beth Azize (PSB) e Ademir de Barros (PDT) interpelaram ontem a Mesa da Constituinte pela ausência de medidas contra o também constituinte Jaime Pallarim (PTB-SP) que na véspera exibiu um penico na tribuna com a inscrição do nome da CUT, numa "demonstração de falta de decoro explícita", segundo Nedel.

Pela palavra dos deputados Jorge Arbage e do senador Mauro Beneditas, a Mesa anunciou que tomaria as providências que o caso requer. Arbage, no entanto, mesmo sem ser interpelado publicamente por qualquer constituinte, admitiu ontem que não pretende, no exercício de sua função de corregedor, impedir que constituintes entrem armados no plenário. Na véspera, o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), portava de maneira ostensiva uma arma de fogo de grosso calibre, sendo fotografado com ela à cintura, quando discursava.

### CORREÇÃO

O deputado Paes Landim (PFL-PI) solicitou, ontem, retificação a informação de que ele votará contrariamente à emenda de autoria dos deputados Carlos Alberto Caó, do PDT, e Benedita Silva, do PT, ambos do Rio, considerando a prática do racismo racial inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão nos termos da lei. O deputado foi favorável à emenda.

**CURSO DE EXPRESSÃO VERBAL**

**Reinaldo Polito**  
A EMPRESÁRIOS, EXECUTIVOS E PROFISSIONAIS LIBERAIS.

Reserve sua vaga pelo telefone para assistir a uma aula de apresentação gratuita e veja como:

- Dirigir o participante de reuniões
- Falar de improviso
- Alisar o relacionamento
- Ampliar o vocabulário
- Disciplinar a exposição
- Melhorar a voz e a dicção
- Evitar o branco na comunicação
- Melhorar a postura
- Corrigir a gesticulação
- Preparar palestras
- Aprender a apresentar

Curso em 14 semanas com 1 aula por semana

Informações:  
(011) 578-3011 • 272-6927 • 581-6574  
Av. Irai, 2226 - Cep 04082 - SP